

## Psicologia Política e Ação Coletiva:

Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”.

### Political Psychology and Collective Action

Marco Aurélio M. Prado\*

aurelioprado@uol.com.br

#### Resumo

*O texto apresenta uma reflexão analítica sobre algumas teorias acerca das ações coletivas, buscando evidenciar as principais questões referentes a psicologia política. Neste sentido, propõe-se uma análise da relação entre identidade coletiva, entendida enquanto um processo psicossocial de criação de significados e de demarcação de fronteiras políticas, e o político definido como espaço não institucional de emergência de antagonismos sociais. Apresenta-se, ainda, uma breve revisão das principais teorias sobre as ações coletivas, apontando suas concepções acerca dos agentes envolvidos nestas ações e do cenário em que estas ocorrem. Por fim, o texto propõe como tarefa de uma psicologia política a compreensão das ações coletivas enquanto processos de identificação coletiva e significação da realidade social.*

#### Palavras-chave

*psicologia política, teorias da ação coletiva, identidade coletiva, antagonismos contemporâneos.*

#### Abstract

*This paper presents an analytical reflection on several collective action theories in an attempt to identify the main issues related to political psychology. In addition, it proposes an analysis of the relationship between collective identity, which can be seen as a psychosocial process of the*

\*Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos/SP.  
Rua Irmão Gongalo, 74/52 - CEP 05439-080 - São Paulo - SP

*creation of meanings, and the political, which can be defined as the non-institutional space in which social antagonisms emerge. There is also a brief review of the main theories of collective action, taking the following into considering: the agents involved in collective action and the scenario in which their actions take place. Finally, this paper proposes that the fundamental issue of political psychology is the understanding of collective action as a collective identification process and as a signification of social reality.*

**Key words**

Political psychology, collective action theories, collective identity, contemporary antagonisms

## **Ação Coletiva e Psicologia Política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais**

Os séculos XIX e XX foram marcados por rupturas sociais fundamentais, principalmente na consolidação da chamada “sociedade industrial”, que antes de ser reconhecida enquanto tal, na verdade, inaugurou um processo vivido através de uma diversidade de transformações sociais por mais de um século, sobretudo e primeiramente na Europa Ocidental e na América do Norte, onde a marca mais forte desta ruptura pôde ser vista na reformulação das instituições sociais e políticas, na urbanização das cidades, nas formas de organização das relações políticas e produtivas, e no aumento da flexibilidade acerca da vida humana.

Estas rupturas não se deram somente no plano econômico e político mas, preponderantemente no plano da cultura, já que rompiam com dadas formas e hábitos da organização das sociedades e marcavam um novo modo de vida, especialmente nas cidades. Novos hábitos, convenções sociais e formas de agrupamento humano são características que as sociedades industriais propiciaram. Estes rompimentos com as antigas formas de Estado e de organização social permitiram uma forte ascensão de uma burguesia bastante capitalizada pelo movimento industrial e pela expansão dos mercados nacionais, mas também permitiu o reconhecimento de grupos de trabalhadores e camponeses que vinham sendo expulsos de terras e locais de trabalho, bem como de outros grupos sociais que de alguma forma se viram alijados do processo social. Não por outro motivo, o estudo de fenômenos como “massas”, “multidões”, “classes sociais” e “ações coletivas” configurou-se como um lugar expoente no contexto do pensamento das chamadas Ciências Sociais e Humanas, desde os fins do século XIX. Autores como Le Bon (1895), Sighele (1892) e Tarde (1892) são nomes relacionados a estes pensamentos nas Ciências.

O advento destes fenômenos foi novo, já que todas essas rupturas que aqui apenas citamos, seja no plano econômico ou mesmo cultural, social e político, passando inclusive pelo psicológico, fomentaram o surgimento, de um lado do que temos conhecido como “individualismo moderno” e, de outro, da constituição de movimentos coletivos que buscaram estabelecer a construção de referências (identitárias) coletivas enquanto um NÓS, que pode apontar para uma diferenciação do “individualismo moderno”, ou muitas vezes, para uma afirmação deste mesmo individualismo, como no caso dos chamados movimentos comunitaristas. Este NÓS, enquanto ações coletivas, pode ser compreendido, tanto pelo seu caráter diferenciador como afirmativo do próprio EU, visto que, em nossa visão, não há nas ações coletivas nenhum caráter emancipador que possa ser predeterminado antes do processo que se instaura na constituição da identidade coletiva. Seja na esfera do público ou, mais tarde,

a partir de elementos da vida privada, estes sujeitos coletivos buscaram compor a construção de demandas e discursos sociais que se configuraram, quase sempre, como antagonismos sociais<sup>(1)</sup>.

A temática da ação coletiva, mesmo aparecendo com outras denominações, entrou no cenário de reflexões científicas desde que a questão do reconhecimento tanto das desigualdades sociais, como da necessidade de equivalência dos direitos sociais apareceu na cena pública como questões políticas, ou seja, quando as relações de subordinação tornaram-se relações de opressão e puderam constituir-se em antagonismos sociais, rejeitando qualquer legitimidade da naturalidade nas hierarquias sociais (Mouffe, 1988:93-4).

Sennet (1993:163), em estudo sobre o retraimento do espaço público, ao apontar que o declínio do público está intimamente relacionado com o “(...) *trauma e o tumulto da vida pública no século XIX (...)*”, fornece-nos, em resumo, qualidades intrínsecas a esta mudança organizacional.

*“(...) uma situação urbana foi identificada como aquela em que estranhos irão provavelmente se encontrar de modo rotineiro. Já observamos a psicologia social dos encontros entre estranhos; no século XIX, essa psicologia social precisa ser aplicada a uma questão demográfica muito importante. No século XIX, no leste, no sul e no sudeste da Europa, ocorrem agudos deslocamentos rurais. Em parte, um problema da fome; em parte uma nova forma de posse de propriedades rurais e de capitalização da agricultura, essa convulsão expulsou multidões de camponeses e de aldeões para fora de seus lares tradicionais, deslocando-os quer para cidades da Europa, quer para localidades desconhecidas nas províncias, quer para os Estados Unidos, Argentina ou Brasil. Essas pessoas deslocadas também deveriam experimentar encontro com estranhos, rotineiramente, como parte do trauma maior de seu desarraigamento” (1993:163-4).*

O fim das comunidades naturais e da produção familiar, a partir da organização do capitalismo industrial, trouxe uma maior movimentação dos grupos sociais no cenário político, possivelmente tendo como referência um dinamismo social e

1 Neste sentido, estamos partilhando da idéia de que alguns discursos coletivos, quando na esfera do político, ou seja, quando estabelecidos pelo reconhecimento histórico das desigualdades sociais, colocam-se como antagonismo e não como contradições sociais. Na noção de contradição, sobretudo em Marx, está embutida uma idéia de elemento interno à dialética, de maneira que este elemento é momento para uma superação. A dialética e o seu elemento interno predeterminam o elemento subsequente e no antagonismo não está dado uma conexão interna que possa predeterminar o elemento subsequente. Neste sentido, configurar-se como um discurso antagonístico não determina sua abrangência, nem tampouco sua solução. Sua abrangência estará determinada pelo processo de constituição destas identidades coletivas. Ver para esta discussão Laclau, E. (1990) *New Reflections on the Revolution of our Time*. London:Verso. Especialmente a primeira parte.

econômico do desenvolvimento do comércio e da produção industrial.

As mutações das relações hierárquicas revelaram a forma como muitas desigualdades, até então, sustentavam-se em discursos hegemônicos acerca da naturalidade das relações entre diferentes posições sociais, portanto, a partir da revolução democrática, podemos perceber o advento de sujeitos coletivos que reconhecem o caráter histórico das desigualdades. Os discursos hegemônicos encontram seus agentes antagonônicos, ou seja, a participação do indivíduo enquanto sujeito da esfera da política, participação esta que se dá na esfera pública e que articula a construção de demandas coletivas capazes de reconhecer o caráter histórico das posições sociais e de poder (Mouffe, 1988).

O fim das chamadas comunidades hierárquicas e naturais, as quais mantinham os indivíduos retidos aos grupos onde nasciam, trouxe novos modelos de vida coletiva. O sujeito passou de uma referência hierárquica e com pouca mobilidade social, para a constituição da referência de interesses coletivos e, mais tarde, de identidades coletivas, não mais naturalizadas, mas construídas socialmente; neste sentido, algumas desigualdades sociais passaram a se constituir enquanto ações antagonônicas pois, na chamada sociedade industrial, deixaram de ser entendidas como vinculadas à lógica da naturalização. Isto, sem dúvida, foi possível a partir de uma radicalidade de dois elementos importantes: a historicidade e a contingência.

*“Nós podemos ver a emergência destes antagonismos no contexto da dissolução de todas as relações sociais baseadas na hierarquia, e isto, de fato, está ligado ao desenvolvimento do capitalismo, que destrói todas aquelas relações sociais e recoloca-as com relações de mercadoria. Então, é com o desenvolvimento do capitalismo que aquelas relações de subordinação podem emergir como antagonismos. As relações podem ter existido, previamente, mas elas não puderam emergir como antagonismo antes do capitalismo” (Mouffe, 1988:91)<sup>(2)</sup>.*

De forma que podemos entender que a construção de identidades coletivas baseada no terreno do reconhecimento do princípio de equivalência<sup>(3)</sup> e no terreno da

2 “We can see the emergence of those antagonisms in the context of the dissolution of all the social relations based on hierarchy, and that, of course, is linked to the development of capitalism, which destroys all those social relations and replaces them with commodity relations. So, it is with the development of capitalism that those forms of subordination can emerge as antagonisms. The relations may have existed previously, but they could not emerge as antagonisms before capitalism” (Mouffe, 1988:91).

3 A não naturalização das desigualdades sociais é o que permite a interpretação das relações de subordinação. E este princípio de equivalência deveria ser compreendido via os acontecimentos históricos que nos oferecem tanto uma perspectiva de continuidade, como de descontinuidade. “Assim nasceu a ‘lógica da equivalência’: passamos de uma ordem social em que os sujeitos estavam posicionados de maneira diferencial, porém imutável, para uma ordem social em que o projeto democrático pode articular-se num discurso político que considera esses posicionamentos diferenciados como objeto de luta. Portanto, a revolução democrática promove uma lógica de equivalência, uma lógica de comparação de sujeitos que são essencialmente interpretados como iguais, mediante seu novo discurso de ‘direitos’, da ‘liberdade’ e da ‘igualdade’ (Barret, 1994:253).

diferenciação (Laclau & Mouffe, 1985), insere esta construção em um processo histórico, configurando, deste modo, o espaço do político<sup>(4)</sup> enquanto um espaço de emergência de antagonismos, sejam estes, inicialmente privados ou públicos, que conferem ao campo do político o “lugar” de articulação destas identidades e ações coletivas.

Na Psicologia esta questão também tem sido explorada, possivelmente desde os primeiros trabalhos em “Psicologia Política” que marcaram o estudo da composição dos sujeitos coletivos<sup>(5)</sup>. Neles o “psicológico”, desde o final do século XIX até meados do século XX, tornou-se o principal elemento de explicação da constituição das ações coletivas e este caminho, primeiramente traçado pelo médico Le Bon (1895), trará conseqüências determinantes para o terreno de uma possível articulação entre a Psicologia e as ações coletivas. Uma delas, bastante importante, e que por vezes ainda tem sido expressiva neste campo, é a do atomismo do sujeito. Os sujeitos coletivos foram, nestas explicações teóricas, se individualizando; o subjetivo tornou-se sinônimo de indivíduo, perdendo seu vínculo com o social, permitindo assim, que em diferentes projetos científicos da Psicologia, o político estivesse sem sujeito, portanto reduzido a estruturas e objetividades, e que o subjetivo estivesse totalmente alienado do político tornando-se, nestes discursos, mônadas e essências auto-suficientes.

Porém, nesta área tem-se avançado no sentido de compreender os processos psicossociais que envolvem a configuração das ações coletivas e para tal, a Psicologia, nesta tentativa, tem sido entendida como um campo híbrido do conhecimento científico que se articula com a Política, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia e com outras áreas das chamadas humanidades.

Neste campo híbrido podemos entender que a Psicologia Política<sup>(6)</sup>, ao focar as ações coletivas como objeto de reflexão e compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior.

4 Importante ressaltar que uma das características do espaço político contemporâneo é a sua expansão para além das chamadas instituições políticas das sociedades modernas, ou da democracia liberal. O que para alguns autores, como é o caso de Melucci (1996), tem significado compreender o político como um espaço onde sua função “(...) principal é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente em alguma coisa a respeito da polis)...” p. 221.

5 Le Bon é considerado um dos primeiros teóricos neste campo de debate, e seus trabalhos influenciaram a Sociologia, as Ciências Políticas, bem como a própria Psicologia. Além disso, seus trabalhos estruturaram um campo de investigações dentro do conhecimento científico, como também colaboraram influenciando líderes e ditadores políticos. Para tal reflexão ver Moscovici, S. (1985) *The age of the crowd*. Cambridge: Cambridge University Press.

6 Para um debate acerca das definições sobre a Psicologia Política como um campo de estudos e reflexões científicas ver Dávila, J. M., Fouce, J.G., Gutiérrez, L., Lillo, A., y Martín, E. La Psicología Política Contemporanea. *Revista Psicología Política*, 17, Novembro, 1998 (21-43).

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a relação entre a identidade coletiva e a Psicologia Política na compreensão dos movimentos de ação coletiva, veremos como algumas das teorias que incidiram e/ou incidem sobre o campo de estudo das ações coletivas, têm definido o caráter dos agentes destas ações (agentes coletivos) e o cenário onde estas ações se colocam (ação política).

Uma “brevíssima” revisão de algumas abordagens acerca das ações coletivas.

O fenômeno da ação coletiva já foi estudado por muitos profissionais, médicos, sociólogos, psicólogos, psicanalistas, antropólogos e outros. Uma das primeiras interpretações, conhecida como um certo marco histórico da própria Psicologia Política, foi o tratado do médico Le Bon, como já dissemos. Contudo, poderíamos compreender que os estudos sobre as ações coletivas, desde Le Bon, envolvem uma diversidade de concepções acerca deste fenômeno e não se situam somente no campo de estudos da Psicologia mas, sobretudo, das chamadas Ciências Sociais. No intuito de desenvolver uma brevíssima discussão da literatura revisada, ou seja, uma introdução a uma revisão analítica, propomos uma divisão que, longe de buscar homogeneizar ou mesmo classificar as perspectivas teóricas, está a serviço de permitir uma apresentação mais didática da complexidade do campo em questão, buscando precisar um possível “lugar” de compreensão dos elementos psico-políticos que incidem sobre a organização das identidades coletivas.

Nesta divisão, propomos pensar que as teorias que incidem sobre o campo das ações coletivas podem ser compreendidas a partir de dois vértices principais: A) como definem os sujeitos coletivos, ou seja, como explicam a constituição de um “NÓS” da ação; B) como definem o espaço do político, isto é, o cenário das ações coletivas, o campo da ação política. Deste modo, retomamos pesquisa anterior (Prado, 2000), na qual constituímos um mapeamento interpretativo de algumas perspectivas.

O conjunto de perspectivas teóricas analisado pelos dois vértices propostos, pode ser interpretado, ao menos a partir de alguns sub-conjuntos (ver gráfico abaixo), que podem ser entendidos da seguinte forma:

**A)** Teorias que interpretam os agentes coletivos (NÓS) como um sujeito psicológico e o político como um espaço institucional sem contradições sociais e destinado a uma estabilidade e um equilíbrio social.

Nessas propostas teóricas, este sujeito psicológico coletivo é interpretado, sobretudo, a partir de uma base inconsciente. Estariam neste quadrante A, autores como Le Bon, Freud e outros. Em nosso estudo denominamos este subconjunto como aquele que se refere às teorias psicológicas acerca da ação coletiva. Como pode ser observado no gráfico abaixo, a letra A corresponde a este grupo de teorizações que influenciaram em muito o pensamento analítico sobre as ações coletivas. Apesar de localizados no mesmo quadrante, não significa que deixemos de reconhecer as grandes diferenças

teóricas e analíticas entre os dois principais autores – Le Bon e Freud – os quais, como veremos adiante, apesar de conceituações bastante distintas sobre a emergência de um NÓS da ação política, fortalecem um mesmo princípio: o de se utilizar da Psicologia para analisar um “fato” político. As consequências deixadas por estas teorias, analisaremos mais no segundo tópico desta explanação.

**B)** Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito psicossociológico e o político como um espaço, também institucional, e com vistas a uma estabilidade. Há em algumas posturas teóricas uma clara noção de “homeostase social”. Nelas o sujeito coletivo não seria mais um sujeito eminentemente psíquico, mas um sujeito que se constitui a partir de crenças, valores e necessidades sociais, ou seja, as relações sociais e institucionais passam a ter um peso importante na constituição deste NÓS. Neste quadrante, de letra B, estariam dispostos autores pertencentes a distintas perspectivas, tais como Smelser, Turner & Killian e Cantril. Muitos destes teóricos apontaram para uma base de compreensão teórica a partir de Talcon Parsons, George H. Mead e S. Freud.

**C)** Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito racional e unificado em torno da categoria “consciência”, e o político como campo contraditório e tendo essas contradições como funcionalidade da mudança social, no sentido de que o político é “provisório”; portanto, é possível falarmos de sínteses sociais predeterminadas atribuídas nas relações sociais, que podem ser contraditórias e que implicam em um fim do próprio espaço do político. O político é muito mais um movimento de transição para uma redenção e para um mundo social onde as relações de poder poderiam ser eliminadas, seja pelo interesse racional ou pelo desenvolvimento da consciência de classe. Teorias que pertencem a correntes diversas como Marxismo, Escolha Racional e Mobilização de Recursos são referências importantes, apesar das diferenças radicais que as separam, como veremos mais à frente.

**D)** Teorias que partem de uma concepção muito próxima do quadrante anterior (C) e muito próxima do quadrante posterior (E).

Preocupam-se mais com os processos políticos de constituição das ações coletivas, neste sentido ocupam-se dos processos articulatórios do campo do político. Nelas o sujeito coletivo alcança um caráter processual, baseado em uma racionalidade altamente reflexiva. O político é visto como um processo mais vinculado a questões institucionais porém, há um forte reconhecimento deste campo como um permanente campo de disputas e negociações. Há uma forte preocupação com explicações que não se reduzam nem a determinantes estruturais, nem somente a determinações psicológicas. Estas correntes teóricas são marcadas pela motivação em explicar o caráter mediatório entre a objetividade e os aspectos subjetivos, pela compreensão do impacto das ações coletivas nas instituições políticas e por entender os



elementos culturais que compõem as ações coletivas. Aqui nomes representativos são Gamson, Klandermans, Sandoval e os autores que têm trabalhado com as noções de processo político, agência e consciência social

**E)** Teorias que advogam uma concepção de sujeito coletivo a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado, portanto do sujeito tipicamente Iluminista e que consideram o político um espaço não institucional, antagônico, logo, não passível de sínteses permanentes.

Buscam inserir o conceito de identidade coletiva como parte fundamental das explicações teóricas e estão fortemente influenciadas pelos modelos das ações coletivas contemporâneas que, ao nosso ver, equivocadamente têm sido chamados de “novos movimentos sociais”. Importante notar que junto a estas perspectivas encontramos uma importante revisão teórica de autores e teorias clássicas. Autores representativos são Touraine, Melucci, Laclau, Mouffe e outros.

No quadro demonstrativo (*Figura 1*), buscamos facilitar a compreensão das relações possíveis entre estas concepções distintas sobre o agente coletivo e o político, enquanto campo de ação deste NÓS.

Esta divisão teórica e analítica atende mais, sem dúvida, a uma possibilidade didática de exposição do conjunto de teorias escolhido, as quais têm sido muito influentes no campo de estudo das ações coletivas. A partir desta divisão, podemos levantar questões que, tanto definem a recente história do campo de estudos, como nos ajudam a problematizar alguns conceitos que buscam explicar a constituição dos agentes coletivos e o campo de ação destes.

Ao abordar este conjunto de teorias a partir das noções de como se constroem as ações coletivas e o cenário em que se dão, entendendo este o campo do político, podemos identificar três grandes rupturas nas concepções. Porém, antes, é importante sublinharmos que estas rupturas não são momentos sem alguma continuidade, pelo contrário, torna-se evidente ao analisarmos estas teorias que muitas delas representam, claramente, momentos de passagem entre duas distintas concepções.

Há um primeiro momento no qual os sujeitos da ação coletiva são entendidos como sujeitos da (des)razão (**casela A**), ou seja, é necessário pensar como as identidades coletivas facilitam a alienação do indivíduo, portanto a “massificação”. Nessas concepções, a constituição do NÓS é definida a partir das características psicológicas, do contágio entre os sujeitos. Na perspectiva de Le Bon, os sujeitos coletivos formam uma massa psicológica que se caracteriza pela dissolução da personalidade consciente, conforme o autor.

*“La disolución de la personalidad consciente y la orientación de los sentimientos y pensamientos en un mismo sentido, que son los primeros rasgos de la masa en*

concepções de sujeito➡ concepções do político↓		A	B	C		D	E					
		sujeito psicológico ao sujeito psicossociológico		sujeito coletivo racional e unificado			sujeito descentrado esgotamento do sujeito único					
A	político sem contradições estabilidade e	base inconsciente Le Bon – Freud	Smelser (Parsons) Turner &	Marx	Escolha Racional Mobilização de Recursos. McCarthy, Zald,McAdam, Tilly, Turner	Processo Político McAdam, Gamson Klandermans, Sandoval	Touraine	Melucci	Laclau & Mouffe			
B	equilíbrio institucional	crenças coletivas e normas e valores sociais como regulação do sujeito coletivo	Killian (Mead) Cantril									
C	político com contradições	classe social – racionalidade das contradições históricas										
	-sínteses-	interesse coletivo/recursos institucionais mobilizados										
D		historicidade e mediadores da identidade coletiva elementos culturais e políticos										
E	político como espaço antagônico	ação e ator social – racionalização e subjetivação nas sociedades pós--industriais										
		identidade coletiva como mediação e construção de significados – NÓS										
	-contingente-	identidade como posições-de-sujeito / identificação como antagonismo político										

FIGURA 1

*vías de organizar-se, no implican siempre la presencia simultánea de vários individuos en un mismo lugar”. E acrescenta, “(...) sean cuales fueren los individuos que la componen, por similares o distintos que puedan ser su genero de vida, ocupaciones, carácter o inteligencia, el simple hecho de que se hayan transformado en masa les dota de una especie de alma colectiva. Esta alma les hace sentir, pensar y actuar de um modo completamente distinto de como lo haría cada uno de ellos por separado. Determinadas ideas, ciertos sentimientos no surgen o no se transforman en actos más que en los individuos que formam una masa. La masa psicológica es un ser de forma momentanea, de un modo absolutamente igual a como las células de un cuerpo vivo forman, por su reunión, un ser nuevo que manifiesta características muy diferentes de la que posee cada una de las células que lo componen” (Le Bon, 1995: 27-9).*

O sujeito coletivo aparece como fruto de um comportamento irracional, logo, homogêneo; o indivíduo isolado é aquele capaz de exercer a sua racionalidade intelectual, sua máxima civilidade<sup>(7)</sup> e, por isso, é capaz de julgar o mundo a partir de pensamentos e argumentos racionais e próprios, portanto capaz de ponderar sua adesão a um NÓS que acena para a “irracionalidade”. Le Bon, talvez, tenha sido o mais radical dos teóricos ao fazer desta divisão tão rígida entre indivíduo e coletivo, o mote principal da noção de racionalidade X irracionalidade.

O diferencialismo que Le Bon exercita em sua teoria, movido pelos discursos “racialistas” da época, está ancorado no ideal de que uma forma de racionalidade seria responsável pela legitimidade de uma superioridade civilizatória. Será na evidência desta questão que Todorov (1993) argumentará que, já em Le Bon, estaria um projeto xenófobo, o qual implica na exclusão do diferente. Esta postura, segundo Todorov, está calcada em um pensamento relativista na política, encontrado na análise que Le Bon promove dos acontecimentos políticos da época.

*Le Psychologie des Foules* recebeu muitas críticas, porém, não podemos deixar de observar que esta perspectiva de analisar o indivíduo e o coletivo através da defesa da racionalidade e do ataque à irracionalidade, ocupará muito espaço nas teorias sobre as ações coletivas e movimentos sociais, no século XX. Estas teses influenciaram, não somente os acadêmicos, mas também a sociedade em geral.

*“Le Psychologie des foules foi um manifesto de uma ramificação do conhecimento na qual ainda existe sob vários nomes (Psicologia Social, Psicologia Coletiva e outros) em nossos dias. (...). Como dois escolares americanos escreveram sobre o*

---

7 Uso o termo “civilidade” aqui baseado na interpretação que R. Sennet (1993) desenvolve das observações de Le Bon, mostrando como este termo designou, naquela época, a atribuição de valores sociais aos valores psicológicos.

*trabalho de Tarde e Le Bon na França – foi muito influente em preparar as condições nas quais a Psicologia Social Moderna emergiu. (Sherif e Sherif, 1956). Os dois nomes são freqüentemente ligados, mas é claro que, como Allport colocou, La Psychologie des foules é ainda o livro mais influente em Psicologia Social. Ele foi lido, relido, discutido, criticado e obviamente plagiado. O livro foi o responsável pela inspiração e pela problemática dos primeiros dois compêndios de Psicologia Social, o de MacDougall na Inglaterra (MacDougall, 1908 e 1920) e o de Ross na América, e ainda é influente (...)*” (Moscovici, 1985:55).

Freud em 1921, escreve o *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, e apesar das grandes mudanças que sua análise sobre o sujeito coletivo irá imprimir, o autor toma como ponto de partida a obra de Le Bon. Freud, na visão de Adorno e Horkheimer (1973), irá “(...) *libertar de sua ambigüidade política os elementos de verdade que estão implícitos na psicologia das multidões de Le Bon*” (p. 83).

Embora Freud tenha invertido as bases teóricas de Le Bon, ele, ao desenvolver o aspecto do narcisismo como alavanca principal para a compreensão das ações coletivas, colaborou em muito com uma “individualização” da ação social e política, corroborando, em última análise, a noção de determinação inconsciente das ações coletivas – “(...) *eis por que Freud reservará belos elogios a Le Bon*” (Todorov, 1993:172).

Freud considerou tanto a Revolução Soviética como a Primeira Guerra Mundial como eventos importantes de uma das maiores marcas do século XX: a cena das multidões. Em sua análise, a relação entre a massa e os líderes era algo que deveria ser explorado a partir do conceito de identificação dado pelos vínculos libidinais. Neste sentido, apesar da transgressão da análise das massas de Le Bon, Freud mantém seu legado de análise das ações coletivas a partir da ênfase sobre a relação vertical.

*“Todos os que levaram em conta essa inovação (da tese de Freud sobre os movimentos políticos) tiveram a impressão de que ela permitia explicar, por antecipação, o fenômeno do fascismo. Não se percebeu que, em 1921, Freud pensava no comunismo, suscetível de tomar o lugar deixado vago pela religião”* (Roudinesco, 1994:186).

Ao localizar nas profundezas da mente individual e na cultura pouco racional o problema da regressão psíquica, tanto no indivíduo como no coletivo, Freud, por um lado, transpõe a barreira entre racionalidade e irracionalidade que Le Bon construiu junto às análises dos movimentos políticos. Por outro lado, Freud individualiza ainda

mais as compreensões sobre as ações coletivas, tomando o legado deixado por Le Bon como verdadeiro: a massa se constitui de um rebaixamento moral.

*“Para Freud, a massa é todo o tempo comparada ao neurótico, ao primitivo, à criança, etc. De resto, seu estudo dá por estabelecida a concepção de Le Bon sobre a diferença entre o indivíduo e a massa. A massa é um indivíduo definido por subtração: é irritável; impulsiva; sugestível; exaltada; rebaixada moralmente; megalomaníaca, etc. Enfim, por mais que Freud, num dado instante, procure moderar o destempero racista e elitista de Le Bon, dizendo, por exemplo, que a alma coletiva também é capaz de criações espirituais como a língua, os cantos populares, o folclore, etc, o fato é que aceita a distinção por ele proposta”* (Costa, 1989:68).

Interessante notar que a análise freudiana é polêmica e não é nosso objetivo aqui aprofundá-la<sup>(8)</sup>. No entanto é fundamental apontar que a polêmica acerca do que se convencionou chamar análise dos movimentos políticos de massa no século XX, além de manter o legado de Le Bon, apesar das revisões teóricas, também permitiu germinar pensamentos posteriores que foram responsáveis pela elaboração de uma das teorias críticas da sociedade, a exemplo das teses da Escola de Frankfurt<sup>(9)</sup>.

O sujeito coletivo, na análise freudiana, está confinado ao projeto de um mundo político liberal, e qualquer forma distinta deste pensamento – racionalista e individualizante – é encarada como “manifestação de massa”, recolocando nesta expressão o legado leboniano e o legado do pensamento liberal sobre o político, visto como encarcerado dentro do mundo institucional e como uma ação individual sob os princípios de uma racionalidade única.

Mouffe (1996) considera que o pensamento liberal, pelo seu princípio, se espanta ao se deparar com fenômenos de hostilidades sociais, exatamente porque tem dificuldades em compreender o político para além das instituições políticas.

*“Isto é particularmente evidente na incompreensão dos movimentos políticos, que são vistos como a expressão das chamadas ‘massas’. Como não podem ser apreendidos*

8 Para um aprofundamento desta análise ver Prado, M. A. M. (2000) *Desrazão: sujeitos da consciência e políticas de identificação. Mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese de Doutorado. PUC/SP.

9 Alguns estudos da Escola de Frankfurt, especialmente os de Adorno sobre as relações autoritárias, mesmo não sendo estudos específicos sobre movimentos sociais, são importantes análises das Sociedades Industriais do Ocidente, e reconhecem a importância e a dificuldade da psicanálise para lidar com fenômenos políticos. Para uma análise bastante lúcida dos postulados da interpretação adorniana a partir de um frutífero diálogo com o pensamento psicanalítico contemporâneo ver Amaral, M. (1997) *O Espectro de Narciso na Modernidade: De Freud a Adorno*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp.

*em termos individuais, estes movimentos são normalmente relegados para a categoria do patológico ou considerados como expressão de forças irracionais” (Mouffe, 1996b:13).*

No que diz respeito ao estudo das ações coletivas, vemos que Freud deixa grandes impasses para a constituição de uma possível Psicologia Política. O caminho aberto por este conjunto de estudos que relegam os fenômenos políticos coletivos para a dimensão da irracionalidade, não favoreceu uma politização da Psicologia, mas estudos posteriores que enfrentaram essas questões, como os de Adorno, em muito, colaboraram para uma Psicologia mais politizada..

Um segundo momento (**casela B**) pode ser pensado como aquele referente à passagem de uma noção de sujeito coletivo baseada no inconsciente, para uma implementação da idéia do sujeito coletivo como um sujeito construído a partir das relações sociais, das crenças e valores sociais, portanto, um sujeito psicossociológico.

Se na apreensão de Le Bon encontramos, através do apelo ao diferencialismo do sujeito, a defesa de uma raça privilegiada e, nas observações de Freud, um sujeito coletivo individualizado, determinado pela tirania do psíquico sobre a verticalização das relações de poder; em Smelser (1962) e Turner & Killian (1957) encontraremos concepções bastante diferenciadas. Eles, de forma distinta, rompem com esta visão de um sujeito coletivo inconsciente e colocam-no sob uma perspectiva muito mais sociológica. O sujeito coletivo agora se torna – respeitadas as diferenças entre as abordagens – um ser voluntarista que age no sentido de buscar o equilíbrio entre *self* e sistema: o sujeito é uma unidade orgânica e sistêmica fundamental, pois dá sentido a sua ação e com isso garante o consenso de normas e valores sociais, tendo como alvo a idéia de estabilidade social.

Interessante notar que a invenção de um sujeito coletivo psicossociológico, seja na tradição funcionalista (Smelser) de uma perspectiva macrossistêmica, ou mesmo nos interacionistas de Chicago (Turner & Killian) em uma perspectiva microsociológica, fortalece a idéia de um sujeito coletivo que se origina a partir da relação com valores, sentidos e símbolos de uma cultura. Mesmo que tomado como um sujeito unívoco, baseado na idéia de estabilidade entre mundo interno e mundo externo, estas diferentes explanações sobre os movimentos coletivos irão inaugurar uma perspectiva de entendimento do que deveria ser um movimento reformista da sociedade, apontando a necessidade de uma busca do equilíbrio social e da estabilidade entre sujeitos e mundo. Não por outro motivo, as ações coletivas tornaram-se objetos de estudos científicos, inaugurando uma grande produção de estudos no campo das relações políticas (Gohn, 1997:27).

Se para Smelser, a partir do sistema de Parsons, o sujeito é uma estrutura única

regulada pelo funcionamento da máquina social, para Turner e seus colegas, o sujeito é fruto da estabilidade entre objetividade e subjetividade, preponderantemente na preocupação de uma consciência racional de si. Nas apreensões de Smelser, o sujeito político coletivo existe enquanto fruto da instabilidade. Ele tem características como a hostilidade, é ansioso e instável, logo, suas formas de existência política em um sistema saudável são dadas pelo controle institucional, seja através dos papéis sociais, ou mesmo das normas sociais. Os estudiosos identificados como da Escola de Chicago deixam uma herança fundamental: a de que o sujeito coletivo é um sujeito capaz de significar o mundo, buscando constituir uma nova ordem social a partir de sua emergência. A noção de que a ação coletiva agora era permeada de sentidos e significados, passa a ter uma importância relevante para os estudiosos do campo.

*“Pela primeira vez, os movimentos coletivos são definidos como atos com significados propondo frequentemente mudanças sociais necessárias e benéficas. Observações dos processos de interação determinados pela ação coletiva constituem um importante fundamento para aqueles que, nos tempos recentes, têm se proposto ao desafio de compreender as dinâmicas dos movimentos”<sup>(10)</sup> (Della Porta & Diani, 1999:06).*

Em um terceiro momento, como emergência de uma razão política e da noção de um sujeito racional e coerente, temos um conjunto de teorias explicativas (**casela C**) das ações coletivas baseado em uma idéia de consciência; nele os agentes das ações coletivas são explicados a partir de questões mais estruturais e sociais do que psicológicas.

Há, nesta fase, uma certa aversão aos ensinamentos da Psicologia para explicação das ações coletivas, já que o papel principal é revelar a importância do desenvolvimento de uma consciência possível e transparente. As explicações para o fenômeno da identidade coletiva, nestas reflexões, recai muito mais sobre uma racionalidade histórica e sobre a estrutura social, em detrimento dos fatores psicológicos. Algumas explanações que envolvem as questões psicossociais são fundamentais para o estabelecimento da legitimidade política das ações coletivas.

Importante demarcar uma diferenciação importante entre o conjunto de teorias influenciado pelo pensamento marxista, e os teóricos vinculados à noção de

---

10 “For the first time, collective movements are defined as meaningful acts, driving often necessary and beneficial social change. Observations of processes of interaction determined by collective action moreover constitute important foundations for those who, in more recent times, have taken on the task of understanding movement dynamics” (Della Porta & Diani, 1999:06).

mobilização de recursos e teorias da escolha racional. A reação deste conjunto de teorias teve importante significado em assumir as ações coletivas, especialmente aquelas chamadas de movimentos sociais, como objeto próprio de reflexão, constituindo um campo interdisciplinar de estudos. Além disso, este conjunto de reflexões – baseado desde uma noção de agente político definido pela inserção nas classes sociais, até uma idéia de interesse racional – também favoreceu em muito a defesa de que estes sujeitos políticos coletivos possuem uma racionalidade própria, descaracterizando desta forma qualquer princípio psicológico para explicação destas ações. Uma outra importância que devemos creditar nestas abordagens, foi a relevância que deram para a noção de conflito social. A partir de uma reação às teorias psicológicas, este conjunto da **casela C** inaugura uma visão conflitiva de sociedade, seja pelo conflito entre as classes sociais, ou mesmo pelos conflitos de interesses institucionais ou de valores culturais.

A importância das análises marxistas para a compreensão da emergência dos sujeitos coletivos é a capacidade de explicitar tanto os meandros das relações capitalistas, como também as agruras da produção do capital. Além disso, há, nesta perspectiva, o reconhecimento da importância da ação coletiva para o desenvolvimento da consciência individual, que com o marxismo adquiriu um status bastante positivo. Mais tarde, com os teóricos vinculados à Mobilização de Recursos e o debate do Processo Político, este status foi, e vem sendo reforçado, mesmo considerando que as duas últimas abordagens – Mobilização de Recursos e Processo Político – criticam o caráter estruturalista e teleológico do pensamento marxista.

Está presente, nestas visões, uma visão da identidade coletiva como algo estável, ou o que comumente tem se denominado um essencialismo identitário. Isso quer dizer que, tanto nas correntes advindas do pensamento marxista, como na Mobilização de Recursos e suas formas posteriores, o ponto de partida para explicar a organização de uma identidade coletiva, como uma unidade, está dado na possibilidade dos sujeitos organizarem a experiência das suas práticas sociais em um núcleo essencialmente definido: a consciência ou o ego. O sujeito, nessas visões sociológicas, torna-se um sujeito capaz de representar a si mesmo de forma inteira em seu discurso, ou seja, é um sujeito coletivo que identifica sua essência, ou com o interesse da classe, ou com o interesse coletivo de grupos que funcionalmente estão privados de tomar as decisões sobre as suas próprias vidas.

A noção de Processo Político (**casela D**) – quarto momento de nosso gráfico acima – reconhece a influência das duas posições: a marxista e a da mobilização de recursos. Para esta visão, a emergência do sujeito coletivo é compreendida como um produto de uma complexa relação entre fatores internos e externos aos grupos sociais (McAdam, 1982). Há, como o Processo Político, uma retomada de um



sujeito coletivo definido psicossociologicamente, apontando para uma identidade organizada a partir da estratégia de organização de uma consciência política.

*“(...) está ainda muito presa ao modelo de racionalidade instrumental. As pessoas, grupos e os movimentos agem segundo estímulos e estruturas de oportunidades externas. Eles usam sua racionalidade para escolher as melhores oportunidades políticas (...)”*(Gohn, 1997:113).

E por último, um quinto momento pode ser pensado com referência a sujeitos da identificação (**casela E**); nele os sujeitos da ação coletiva são sujeitos que não se esgotam em um Ego ou uma consciência racional, pois são múltiplos, descentrados e contingentes. Nesta visão, há uma tentativa de explicar os elementos que colaboram nos processos identitários coletivos. A discussão sobre identidade toma grande espaço nestas perspectivas teóricas que, baseadas em fundações de pensamentos distintos, podem ser balizadas pela defesa de um sujeito coletivo que não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Dedicaremos, mais adiante, um destaque maior a estas perspectivas, pois consideramos que são perspectivas que buscam dar um maior destaque ao debate sobre a relação entre identidade coletiva e antagonismos contemporâneos.

Contudo, é importante notar que, nas passagens teórico-explicativas que temos visto até o momento, encontramos, de maneira mais definitiva no conjunto de teorias das **caselas C e D**, uma preocupação em não alienar as explicações sobre as ações coletivas nas visões dualistas que ora determinaram fatores preponderantes sendo ou os elementos estruturais, ou os subjetivos, negando, portanto, a relação possível entre eles. É claro que nas posições teóricas os fatores psicológicos se sobrepõem a qualquer explicação histórica e social e, em algumas perspectivas mais sociológicas são, exatamente, os fatores estruturais que passam a negar qualquer importância dos aspectos subjetivos.

Estas referências são importantes para compreendermos, exatamente, o hiato teórico que se cria nestas análises e qual seria o possível “lugar” para uma Psicologia Política, preocupado com a análise das ações coletivas no mundo contemporâneo. Historicamente alguns autores (Sandoval, 1989; Melucci, 1995; e outros) têm identificado o hiato teórico- explicativo no campo de estudos das ações coletivas. Hiato que é delimitado nas suas extremidades, ora por concepções teóricas que dão uma relevância única aos fatores estruturais como causas das ações coletivas ou, por outro lado, concepções e teorias que identificam no comportamento e nas crenças as maiores razões da mobilização de um discurso do NÓS.

*“O estudo dos movimentos sociais tem sido sempre dividido pelo legado dualista*

*das análises estruturais como uma pré-condição para a ação coletiva e das análises das motivações individuais. Estes paralelos, e algumas vezes, entrelaçados conjuntos de explicações nunca preencheram a lacuna entre comportamento e significado, entre condições 'objetivas' e motivos e orientações 'subjetivas' (Melucci, 1996:222)<sup>(11)</sup>.*

Este hiato tem sido, em certa medida, foco de atenção de alguns analistas, porém, o preenchimento desta “lacuna” entre o sujeito e o sistema (Touraine, 1995), ou entre as condições objetivas e as subjetivas, tem centrado suas explicações a partir de uma concepção essencialista do sujeito coletivo, sejam elas sociológicas ou psicológicas. Exemplo disto pode ser encontrado nas concepções marxistas que analisam as ações coletivas, nas quais o hiato tem sido preenchido, no início pela idéia de partido político revolucionário, depois pela noção de vanguarda e, mais recentemente, pela idéia de uma consciência crítica que, supostamente ao livrar-se dos desmandos da ideologia, seria capaz de impulsionar a ação coletiva para uma sociedade e um sujeito objetivamente transparente. Por outro lado, outras concepções essencialistas e, talvez mais psicológicas, também têm buscado o preenchimento desta “lacuna”; um bom exemplo pode ser visto nos conceitos que definem os atores coletivos pela enumeração de características positivas identitárias, ao buscar delinear suas essências ou características particulares próprias, formando assim, grupos de apelo a diferenças, mais uma vez, naturalizadas (Norval, 1994).

O reconhecimento desta lacuna e a não recorrência às essencialidades pre-determinadas para compreensão dos sujeitos coletivos<sup>(12)</sup>, pensamos, é um frutífero caminho para a construção de uma Psicologia Política que se interesse, especificamente, pelas mediações que podem estar dispostas nesta lacuna, como indicam trabalhos recentes (Melucci, 1996; Sandoval, 1997; Klandermans, 1997; e outros).

A Psicologia Política, nesta visão, pode colaborar no entendimento do processo de identificação que, nas palavras de Norval (1994), é dado “(...) através da externalização de um outro via a delineação das fronteiras políticas. Isto pode ser formalizado em

11 “The study of social movements has always been divided by the dualistic legacy of structural analysis as a precondition for collective action and the analysis of individual motivations. These parallel, and sometimes intertwined, sets of explanations never fill the gap between behavior and meaning, between ‘objective’ conditions and ‘subjective’ motives and orientations” (Melucci, 1996:222)

12 É importante ressaltar que, muitas das ações coletivas contemporâneas têm apontado para essencialidades identitárias em uma perspectiva “funcional”, usando este argumento como estratégia para conseguir criar um nível de identificação entre os seus agentes sociais. De modo que as formas discursivas e articulações no decorrer do processo de constituição da identidade coletiva é que poderão nos dizer acerca dos essencialismos identitários e/ou particularismos ou não. Um claro exemplo desta estratégia tem sido utilizado pelos grupos “gays” norte-americanos. Ver para esta discussão, por exemplo: McRae, Edward (1990) *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Ed. Unicamp: São Paulo/ Campinas.

termos teóricos. Brevemente, ele envolve a afirmativa de que o processo de formação identitária não pode ser pensado meramente em termos de uma elaboração de um conjunto de características distintos de uma certa identidade. Como tem sido apontado antes, uma enumeração de características positivas não seria suficiente para individualizar uma identidade. No caminho de se tentar isto, um elemento adicional é necessário, nominalmente a posição de um ‘outro’ o qual é constituído como oposto ao processo de construção identitário” (p. 120-1)<sup>13</sup>. Veremos, a seguir, uma possível relação conceitual entre identidade coletiva e ações coletivas no cenário político, especialmente enfatizada por autores que se localizam, em nosso quadrante, na casela E.

### **Identidade Coletiva e o Político: elementos para a compreensão do “NÓS” como significação da realidade**

Assumir que a emergência de ações coletivas, nas sociedades contemporâneas, constitui tentativa de significação do real, implica, como ponto de partida, assumirmos que o real não pode ser definido como uma objetividade transparente e completa. Mas, ao contrário, deveríamos partilhar de uma conceituação do real, na qual este está sendo construído por conflitos e lutas que concorrem às possibilidades de limitar suas múltiplas significações, ou seja, criar hegemonias e contra-hegemonias sociais. Parafraseando Melucci (1996:135), entendemos que existem nas sociedades da informação, lugares de poder difusos que podem ser entendidos como a “capacidade de dar formas” aos códigos comunicativos no sistema social. O real é tido, portanto, como um jogo complexo e intenso de disputas por formas de significação. Isto se torna relevante pois nos permite pensar que as ações coletivas não emergem somente pela exclusão de grupos do mundo político institucional ou mesmo do mercado, mas também por intencionar a criação de uma realidade múltipla, ou a constituição de novos elementos culturais, que podem exigir novos movimentos de institucionalização.

Neste sentido, duas questões se fazem fundamentais: a identidade coletiva como um processo de criação de significados coletivos, de “dar formas” à ação social (Melucci, 1996), e de referências e pertencimentos que favorecem a participação dos sujeitos em ações coletivas; e o político como um espaço não institucional definido a partir das disputas por significar o real bem como as identidades, elas mesmas.

---

13 “(...) through an externalization of the other via the drawing of political frontiers. This can be formalized in theoretical terms. Briefly, it involves the assertion that the process of identity formation cannot be thought merely in terms of an elaboration of a set of features characteristic of a certain identity. As has been remarked already, as enumeration of positive characteristics will not suffice in individuating an identity, or in delineating its essence. In order to achieve that, an additional element is needed; namely, the positing of an other which is constituted as opposed to the identity in the process of construction” (Norval, 1994: 120-1).

O processo de criação da identidade coletiva dá-se pela exterioridade (Norval, 1994). Neste sentido, a noção de identidade implica na localização de um elemento externo, possível de diferenciar-se. Assim, o processo de criação de um discurso NÓS é expressado através da identificação de um exterior, de uma referência externa, que no campo do político, segundo Mouffe (1996), pode ser entendido como a relação “nós” *versus* “eles”, apontada por Carl Schmitt em sua crítica ao liberalismo político<sup>(14)</sup>.

Este NÓS, portanto, este discurso da identidade coletiva, não pode ser visto como uma realidade empírica (Melucci, 1995), a qual se esgota neste nível, mas ao contrário, é um processo de significação, tanto da identidade, como da realidade que demarca um campo frutífero de estudos para a Psicologia Política.

A identidade coletiva, enquanto um processo de constituição deste NÓS, pode ser compreendida como implicada pelas relações de poder, onde há tanto uma busca por equivalência no sentido dos direitos sociais, se pensarmos nos valores da revolução democrática – liberdade e igualdade – como uma busca pela diferenciação no rompimento das homogeneizações sociais, por exemplo, a homogeneização midiática, a homogeneização burocrática e a homogeneização da produção e do consumo (Laclau & Mouffe, 1985).

De forma que qualquer projeto de mudança não estaria previamente atrelado a um processo de articulação deste NÓS, o que aliás, é para a Psicologia Política um enorme desafio, já que o caráter emancipatório das ações coletivas não está anteriormente definido, ao contrário, ele dependerá, em muito, de como o processo de articulação de um NÓS irá localizar o elemento externo, os elementos identitários que homogeneizam o NÓS, a transversalidade dos direitos interpretada pelo princípio de equivalência, como também as formas de ação social. Assim, a identidade coletiva e o político articulam-se dependendo da existência de redes sociais e relações entre os atores, nos contextos próprios de cada sociedade e, dependendo das formas que as correntes de equivalência entre as lutas sociais serão estabelecidas, determinando a localização do elemento externo, o ELES, que permite reciprocidade ao NÓS, mesmo que pelas relações de oposição. Neste processo não há uma intencionalidade ética *a priori*, mas sim sendo traçada a partir da constituição deste NÓS e das práticas sociais desenvolvidas de reciprocidades.

Segundo Melucci (1996), o processo de identidade coletiva é tanto regulador como emancipador, pois ele não só regula formas de relações entre os sujeitos constituintes deste NÓS, estabelece limites destes sujeitos com o meio social em que estão inseridos e implica em uma regulação das relações de solidariedade

14 Para tal discussão ver Mouffe, C. (ed.) *The Challenge of Carl Schmitt*. N.Y.: Verso, 1999. Especificamente a “Introduction” e “Carl Schmitt and the Paradox of Liberal Democracy”.

entre os sujeitos, mas também aponta para os conflitos que expressam os antagonismos do sistema social regulado pela idéia de reconhecimento das diferenças entre os grupos (p.74-6). Este processo seria dado por um movimento de negociação e conflito, seja de ordem simbólica e/ou material em referência a um elemento externo, a um “outro”.

Este “outro” da identidade coletiva, segundo Mouffe (1996), é a real possibilidade de constituição deste NÓS em identidade política, pois ele estabelece a impossibilidade da identidade NÓS ser uma totalidade, inaugurando assim, relações de poder que constituem este processo. Nas palavras da autora:

*“Desde que o constitutivo ‘externo’ é presente no ‘interno’ como sua sempre real possibilidade, cada identidade torna-se puramente contingente. Isto implica que nós devemos conceitualizar o poder não como uma relação ‘externa’ acontecendo entre duas identidades pré-constituídas, mas muito mais, como constituindo as identidades elas mesmas” (p. 247)<sup>(15)</sup>.*

O campo de constituição das identidades coletivas pode ser entendido como o campo do político, da publicização de demandas dos diferentes grupos sociais.

*“O espaço público torna-se a arena para a definição concordada do que é o político, isto é, do que pertence à polis. Sua função é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar os movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente, em alguma coisa a respeito da polis). Em outras palavras, é um espaço público que as questões estão sujeitas a negociações, direcionadas para tomar decisões, e então, transformadas em possibilidades de mudanças sem, no entanto, anular a especificidade e a autonomia dos atores conflitantes no processo” (Melucci, 1996:221)<sup>(16)</sup>.*

15 “Since the constitutive outside is present within the inside as its always real possibility, every identity becomes purely contingent. This implies that we should conceptualize power not as external relations taking place between two preconstituted identities but rather as constituting the identities themselves”(Mouffe, 1996:247).

16 “The public space becomes the arena for the contended definition of what is political, that is, of what belongs to the polis. Its chief function is to bring into the open discussion the issues raised by the movements and promote their collective conception – not to institutionalize movements, but to enable society as a whole to assume its inner dilemmas precisely as its own, to transform them into politics (literally, into something concerning the polis). In other words, it is in the public space that the issues are subjected to negotiation, forwarded for decision-making, and thus transformed into possibilities of change without, however, annulling the specificity and the autonomy of the conflictual actors in the process”(Melucci, 1996:221).

Pensar a partir destas questões, ou seja, da relação entre os processos que constituem a identidade coletiva e sua relação com o campo da publicização, tanto das formas aliadas como adversárias, na disputa por significar o real, pode, ao nosso ver, colaborar para:

**a)** configurar um campo de ação de uma Psicologia Política preocupada, não mais, com uma “psicologização” dos atores coletivos, nem somente com uma “politização” dos fatores psicológicos, mas destinada a compreender os processos articulatórios da criação de identidades coletivas a partir das ações coletivas; e para tal, seria necessário uma postura teórica atenta, tanto à continuidade histórica como à descontinuidade, no sentido de poder tanto apreender a expansão das ideologias, historicamente, como as mutações das formas de opressão e de organização social;

**b)** compreender os fatores psicossociais que incidem sobre os fenômenos da reivindicação social e da participação social, através das ações coletivas;

**c)** valorizar e estudar o que deveria ser princípio de uma sociedade democrática: o surgimento de novos sujeitos políticos, pois eles emergem a partir do reconhecimento de novas formas de opressão. Estes sujeitos políticos, de acordo com seu tempo histórico, surgem e organizam-se em identidades coletivas, criando novas formas de ação coletiva que correspondem às novas formas de opressão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1973) *Massa*. In Adorno, T. & Horkheimer, M. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- BARRÉT, M. (1999) Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In Zizek, S. (org.) *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- COSTA, J. F. (1989) *Psicanálise e Contexto Cultural: imaginário psicanalítico, grupo e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campos.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M. (1999) *Social Movements - an introduction*. Massachusetts: Blackwell Publisher Ltd.
- FREUD, S. (1921) *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Obras Completas. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ (1925) *Um estudo autobiográfico*. Obras Completas. Volume XX. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ (1933) *Por que a guerra?* Obras Completas. Volume XXII. Rio de Janeiro: Imago.
- GOHN, M. G. (1997) *Teorias dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- HELLER, A. (1991) The concept of the Political revisited. In Held, D. (ed.) *Political Theory Today*. Stanford: Stanford University Press.
- KLANDERMAS, B. (1997) *The Social Psychology of Protest*. Cambridge: Blackwell.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1985) *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- LACLAU, E. (1995) Universalism, Particularism, and the question of identity. In Rajchman, J. *The Identity in Question*. New York: Routledge.
- LEFORT, C. (1991) A questão da Democracia In Lefort, C. *Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- McADAM, D. (1982) *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MELLUCI, A. (1995) The Process of Collective Identity. In Johnston, H. & Klandermans, B. (ed.) *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest, and Contention*. Volume 4. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_ (1996) *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1999) Esfera Pública y Democracia en la Era de la Información. *Revista Metapolítica*. Vol. 3, Número 9: 57-67.
- MOUFFE, C. (1988) Hegemony and New Political Subjects: toward a New Concept of Democracy. In Nelson, C. & Grossberg, L. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.

- (1996) Democracy, power, and the 'political'. In Benhabib, S. (ed.) *Democracy and Difference - contesting the boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press.
- (1996b) *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva Edições.
- NORVAL, A. F. (1994) Social Ambiguity and the Crisis of Apartheid. In Laclau, E. (org.) *The Making of Political Identities*. New York: Verso.
- PRADO, M. A. (1999) *Problematizando o Individualismo e o Comunitarismo como Posições Identitárias*. XI Encontro Nacional de Psicologia Social. ABRAPSO. mimeo.
- PRADO, M. A. (2000) *Desrazão, sujeitos da consciência e políticas de identificação: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese de Doutorado. PUC/SP.
- ROUDINESCO, E. (1994) *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Cia das Letras.
- SANDOVAL, S. (1989) A crise sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao estudo dos movimentos sociais. *Revista Educação & Sociedade*; Dezembro.
- (1997) *Social Movements and Democracy in Brasil: patterns of popular contention and their impact on the process of re-democratization, 1977-1989*. Working Paper N. 234; Center for Studies of Social Change. New York: New School for Social Research.
- SCHERER-WARREN, I. (1998) Movimentos em cena...e as teorias por onde andam ? *Revista Brasileira de Educação*, número 9 (set/out/nov/dez.).
- SMELSER, N. (1962) *Teoría del Comportamiento Colectivo*. Mexico: FCE.
- SENNET, R. (1993) *O Declínio do Homem Público - as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- TODOROV, T. (1993) *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana - 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- TOURAINE, A. (1995) *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- TURNER, R. & KILLIAN, L. (1957) *Collective Behavior*. N. Y.: Prentice-Hall, Inc.

• Recebido para publicação julho de 2000